

Nova legislação obriga municípios a adiar obras e a suspender atribuição de subsídios

Autarcas arrasam Lei dos Compromissos

O que os autarcas previam quando, em Fevereiro, em pleno dia de Carnaval, a Lei dos Compromissos entrou em vigor, está a concretizar-se, com a paralisação das câmaras. Mesmo nos municípios com situação financeira razoável, há obras adiadas, requisições internas suspensas e atribuições de subsídios paradas. Isto porque, como as autarquias estão proibidas de assumir despesas para as quais não tenham fundos disponíveis nos 90 dias seguintes, a prioridade vai para a cabimentação de gastos aos quais não podem fugir, como o tratamento de efluentes ou os transportes e as refeições escolares.

O presidente da Câmara de Leiria não tem dúvidas em afirmar que a nova legislação "é uma machadada nas autarquias", que "vai matar a economia do País". Isto porque, os municípios "não vão querer assumir novos compromisso". No caso de Leiria, Raul Castro adianta que a câmara suspendeu novas obras, "para ver como vai evoluir a situação", assim como a abertura de concursos para alguns serviços. O autarca dá o exemplo do procedimento para a adjudicação das Actividades de Enriquecimento Curricular de Inglês (AEC), que estava a ser preparado e que se encontra suspenso porque a autarquia "não tem, para já, fundos disponíveis". "Vamos deixar as crianças sem essa actividade? Talvez o melhor seja devolver ao Governo a competência das AEC e de outras", defende.

"Não temos facturas a mais de 90 dias, mas estamos com dificuldades tremendas em aplicar a lei. Há despesas correntes que os municípios não controlam e que têm tido um aumento exponencial, como a energia ou o tratamento de efluentes", afirma António Lucas. O presidente da câmara da Batalha diz que "as situações urgentes e prementes estão todas em funcionamento" na autarquia, mas "não se sabe até quando". Para já, o município vai sacrificando algumas obras, com o adiamento da sua adjudicação, e a edição deste ano das festas da vila pode estar comprometida.

Apesar de ter uma situação financeira "razoável", a Câmara de Porto de Mós está também a adiar obras por impossibilidade de ter fundos disponíveis para as cabimentar. "Esta lei tem um grande pecado: obriga os municípios a afectar verbas em Janeiro para bens ou serviços que vão sendo consumidos ao longo do ano, como os combustíveis ou os transportes escolares. Essas despesas deviam reflectir-se ao longo dos 12 meses", alega o presidente do município, João Salgueiro, que considera a legislação "inexequível".

viram as transferências do Orçamento do Estado caírem "32%". "Mais valia convidarem os autarcas a emigrar e porem a rapaziada das 'jotas' a tomar conta disto", ironiza o presidente da Câmara da Marinha Grande, afirmando que a Lei dos Compromissos "é uma irracionalidade".

Também Paulo Fonseca, presidente da

Câmara de Ourém, não tem dúvidas que a aplicação da lei será "um drama" para os municípios. "A ser aplicada como está previsto, tudo será bloqueado. Daqui a dias, nem a compra de uma caneta será permitida", afirmou o autarca durante a última sessão da Assembleia Municipal.

Maria Anabela Silva



Na Câmara da Marinha Grande, com excepção das obras em curso financiadas pelo QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), "está tudo parado". "Não podemos fazer nada. Não há novas obras, nem atribuição de novos subsídios", revela Álvaro Pereira, que acusa o Governo de "estar a brincar com os autarcas eleitos pelo povo". O autarca socialista frisa que os municípios são responsáveis por "apenas 4% da dívida pública" e, que nos últimos três anos,

Discurso directo

"A nova lei é uma tragédia. É uma machadada nas autarquias, que vai matar a economia do País"
Raul Castro, presidente da Câmara de Leiria

"O Governo anda a brincar com os autarcas eleitos pelo povo"
Álvaro Pereira, presidente da Câmara da Marinha Grande

"Todas as situações urgentes e prementes estão em funcionamento [na Câmara da Batalha], mas não sei até quando"
António Lucas, presidente da Câmara da Batalha

"Com esta lei, tal como está, o melhor é as autarquias irem de férias. A maioria das câmaras vai ter de parar"
João Salgueiro, presidente da Câmara de Porto de Mós

"A Lei dos Compromissos é o reflexo de alguém que está alienado"
Paulo Fonseca, presidente da Câmara de Ourém

 **Colégio do Sagrado Coração de Maria Fátima**
61 anos a construir Valores

